

**O partido político para Antonio Gramsci:
o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia**

Rodrigo Jurucê*

Nosso objetivo é expor a concepção de Antonio Gramsci do partido político e contribuir para a Tribuna de Debates do XIV Congresso Nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se realizará na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 2009. Para nós, muitas conclusões e lições podem ser tiradas do texto que os camaradas encontrarão mais abaixo; mas a mais imediata e mais acertada para o atual momento da luta de classes, acreditamos, é que precisamos fortalecer os nossos aparelhos de hegemonia já existentes (jornal e site). Não concordamos com a idéia de que apenas o Jornal Brasil de Fato – que nem é do partido - seja suficiente para combater a burguesia na perspectiva de uma contra-hegemonia. Para nós, o nosso jornal (Imprensa Popular) e nosso site (www.pcb.org.br) devem ser ampliados, devem ter sua periodicidade aumentada, devem crescer quantitativamente e qualitativamente para que possam organizar nossa militância em particular e a classe trabalhadora em geral. Precisamos ainda de revistas, de editora, de rádios, de filmes, etc. Acreditamos que Gramsci não apenas dá muitas respostas, como também ajuda a elaborar as questões corretas - nos ajuda a pensar o nosso partido enquanto construtor revolucionário e embrião da nova sociedade socialista. Por isso trouxemos o comunista italiano até aqui.

* * *

“Para Mussolini e para os fascistas era um tema corrente. [...] O comunismo – ou o bolchevismo, como eles preferiam chamá-lo, talvez pensando que o termo exótico já fosse capaz de espantar – era apresentado como o maior dos males que poderiam afligir uma sociedade, uma forma de delinqüência política, essencialmente, ou uma delinqüência comum. Daí provinha, como derivação imediata, a afirmação da necessidade do regime fascista e, por conseguinte, a sua exaltação.”

Palmiro Togliatti

Trabalhar com os *Cadernos do cárcere* é sempre, por diversas razões, um desafio. Antonio Gramsci nos estimula a pensar profundamente os mais diferentes temas, assuntos e problemas de todas áreas do pensamento social; e nos impressiona ver a sua coerência, nunca abalada, seja pela diversidade das questões tratadas nos Cadernos, como também pelo seu encarceramento imposto pelo fascismo italiano que, em novembro de 1926, sentenciou: “Por 20 anos devemos impedir que este cérebro funcione”¹. Os Cadernos do Cárcere são a prova de que, apesar da reclusão e de todas as privações por que passou, Gramsci derrotou a violenta sentença; ele

* Secretário Político do Comitê Municipal de Curitiba e conselheiro da UJC no Paraná.

¹ FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 285

dedicou-se até o último momento que sua saúde permitiu ao combate tenaz a um dos regimes mais odiáveis que já existiram e não foram poucas as ocasiões que confirmam isso:

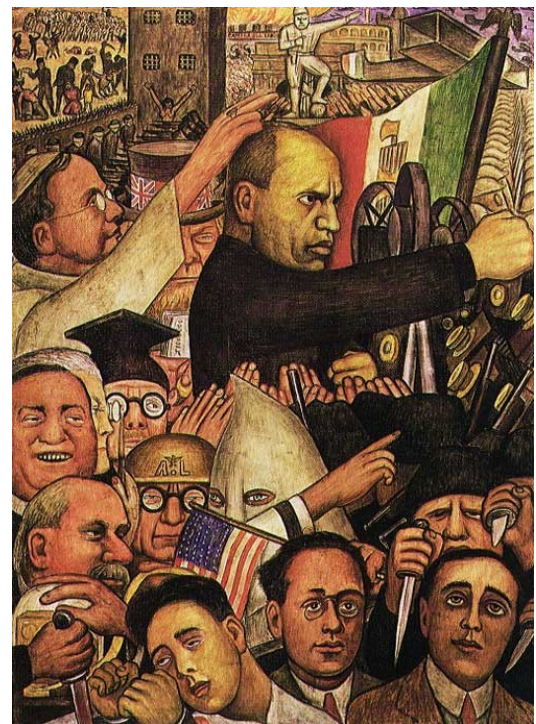
Em 16 de maio de 1924, Mussolini, já presidente do Conselho de Ministros, encaminha ao parlamento Italiano um projeto de lei visando “disciplinar a atividade das associações e institutos”. [...] Gramsci, então deputado, pronunciou um discurso no qual punha a nu o caráter antidemocrático do projeto e aproveitava para denunciar as manobras fascistas no sentido de implantar no país uma ditadura.

O próprio Mussolini, irritado, resolveu apartear o franzino e corajoso deputado marxista, definindo o fascismo como uma “revolução”. Gramsci retrucou-lhe que o fascismo não era uma revolução, mas uma “simples substituição de um pessoal administrativo por outro. Só é revolução – acentuou – aquela que se baseia em uma nova classe; o fascismo não se baseia em nenhuma classe que já não esteja no poder”.

Mussolini voltou à carga, procurando descaracterizar o conteúdo de classe do fascismo e protestando: “Grande parte dos capitalistas está contra nós!”. O deputado oposicionista não se perturbou, e observou que o fascismo só entrava em choque agudo com os outros partidos e organizações da burguesia [...] porque queria estabelecer o monopólio da representação da classe. A atitude do fascismo com relação aos demais partidos burgueses era simples: “Primeiro lhes quebra as pernas e, depois, faz o acordo com eles em condições de evidente superioridade”.

Mussolini não gostou da referência à violência dos fascistas, retrucando que esta violência equivalia a dos comunistas. Gramsci lhe respondeu: “A vossa violência é sistemática e é sistematicamente arbitrária, porque vós representais uma minoria destinada a desaparecer”.²

Vale lembrar que o comunista sardo foi bastante ousado na sua polêmica com o “tirano vesgo” (como Mussolini era conhecido entre os militantes do PC d'Itália), pois o fascismo estava em pleno fortalecimento; vinte anos depois, o fascismo foi derrotado, conforme previsto por Gramsci.



À esquerda: capa do panfleto anti-fascista de Romain Rolland, “Os que morrem nas prisões de Mussolini (Antonio Gramsci)” (1933-1934). À direita: Gramsci, a baixo, ao centro, sob o regime fascista, na pintura de Diego Rivera.

2 COUTINHO, Carlos Nelson e KONDER, Leandro. *Nota sobre Antonio Gramsci*. In: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 02-03

“Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em ‘partido político’?”³

Esta indagação de Gramsci, que tomamos de empréstimo aqui, é o primórdio de todo o seu raciocínio sobre a qual função no capitalismo contemporâneo das organizações intelectuais. Segundo nosso autor, “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]”⁴. Gramsci complementa ainda que os intelectuais são historicamente formados e que compõem “categorias especializadas para o exercício da função intelectual”⁵. Desta forma, tanto proletariado quanto burguesia, criam seus intelectuais – especializados no exercício de suas atividades - que têm a função de homogeneizar e conscientizar a classe da qual são orgânicos no campo social e político, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo econômico.

Mas, se os intelectuais são orgânicos em relação às classes fundamentais, qual a sua relação com a produção? Nos *Quaderni* encontramos a seguinte explicação: “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’”⁶. Assim, os intelectuais mantêm relações com o mundo da produção, mas não de forma direta e *imediata*, nas infraestruturas; ocupam posições nas superestruturas de forma *mediata* às infraestruturas. Se a intelectualidade não possui, majoritariamente, função imediata na produção, qual papel cumprem na sociedade? Vejamos o que diz o trecho a seguir:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade.

Assim, os intelectuais agem em duas frentes - na sociedade civil e na sociedade política. Na primeira, trabalham lado-a-lado com o consenso construído na fábrica, na infraestrutura, mas fazendo-o ultrapassar os

3 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 349 [grifos nossos]

4 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 15

5 Idem, p. 18

6 Idem, p. 20

limites do mundo da produção e chegar às superestruturas, em um *sentido de baixo para cima*. Na segunda frente – a da sociedade política -, trabalham em duas situações: (I) no aparelho de coerção estatal, reprimindo os grupos que não consentem ativa ou passivamente na frente anterior; (II) coagindo maiores setores da sociedade quando há crise do consenso obtido na outra frente – em um *sentido de cima para baixo*, oposto à frente anterior, mas complementar. Cabe dizer que a ação da sociedade política não se limita à coerção, mas abarca também funções de direção, construindo e/ou dando manutenção ao consenso sem abrir mão da força. Pode-se dizer, portanto, que os intelectuais agem de duas formas, em aparelhos da força e em aparelhos do consenso (sejam eles “públicos” e/ou “privados”), buscando a construção da hegemonia. Gramsci chama a atenção para o fato de que as funções dos intelectuais nem sempre são justificadas pelas “necessidades sociais da produção”, mas são “justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante”⁷. Desta forma, se as raízes sociais dos intelectuais orgânicos não podem ser facilmente visualizadas se pensamos em sua relação com a produção, as coisas se clarificam se passamos a ver as necessidades da classe dominante em *organizar* – este é o termo chave - sua hegemonia através do trabalho dos intelectuais.

Sobre a questão do papel organizativo que cumprem os intelectuais, vejamos o que diz Luciano Gruppi: “Intelectual é o dirigente da sociedade, o quadro social. Um cabo do exército, embora analfabeto, segundo Gramsci, é um intelectual, porque dirige os soldados; intelectual é também um chefe das ligas de assalariados agrícolas, ainda que analfabeto, como eram muitos deles na época de Gramsci, porque *organiza* os trabalhadores, *dirige-os* e *educa-os*”⁸. Gruppi salienta o papel do intelectual enquanto organizador, dirigente e educador; mas isso não significa que é dispensável o estudo e o conhecimento para a realização destas atividades. Mas a tríade *organização-direção-educação* não pode, em nenhum de seus três momentos, ser realizada sozinha, por um intelectual solitário em seu gabinete; deve ser realizada com outras pessoas numa organização, numa instituição, enfim, num partido. E é exatamente à relação do problema dos intelectuais com o problema do partido que se atém o autor dos *Quaderni* no fragmento à seguir:

*O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.*⁹

⁷ Idem, p. 22

⁸ GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel (as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980. p. 84 – grifos nossos

Gramsci complementa ainda que o partido, independente da qualidade de seus intelectuais, exerce uma função “*que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual*”¹⁰. Nestes dois últimos fragmentos citados podemos entender que: o papel do partido é elaborar sua intelectualidade organicamente, prepará-la para a execução de funções necessárias à classe social, transformando seus componentes em políticos qualificados, dirigentes e organizadores. Assim, os intelectuais não são meros estudiosos, eruditos, membros de um estrato socialmente desenraizado - a *intelligentsia*, como definem alguns. Na verdade são responsáveis pela organização dos *partidos*, que, por sua vez, são entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos cérebros; realização de atividades que, se mantém uma relativa subalternidade em relação à produção, não deixam de ser fundamentais à classe da qual são orgânicos. E, por fim, toda esta estrutura partidária lutará para o “*desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política*”¹¹ que seja condizente com as necessidades históricas de sua respectiva classe social.

Outras considerações de Gramsci que ajudam a entender nosso problema: no partido, os intelectuais são “*agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional*”¹². Ou seja, se no terreno da produção as classes fundamentais muitas vezes estão ocupadas com questões de ordem específica, rotineira e imediata, os seus respectivos intelectuais estão se ocupando de questões de ordem “superior”, geral e mediatas nos partidos - entendidos em sentido *lato*. No mesmo sentido, devemos entender o seguinte: “*o partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional*”¹³. Assim podemos perceber que o partido está voltado à resolução de problemas que não podem ser enfrentados na área da produção, da infra-estrutura, mas sim na região da superestrutura.

Conforme o parágrafo anterior, o partido busca solucionar problemas que não se caracterizam por um grau de especificidade, mas sim por um grau de generalidade. Mas como mediar a especificidade com a generalidade? Para esse intermédio, Gramsci diz que o partido apresenta-se como o portador de uma “*ideologia geral, superior aos vários agrupamentos mais imediatos*”¹⁴. Desta forma o partido é a organização que buscará inculcar uma “*ideologia geral e superior*”, ou seja, através da educação e da direção, unificar na superestrutura

9 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2..., p. 24 – grifos nossos

10 Idem, p.25 [grifos nossos]

11 Idem, p.24

12 Idem, p.25 [grifos nossos]

13 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V.1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 420 [grifos nossos]

14 Idem, p. 421 [grifos nossos]

aquilo que é desunido e conflituoso na infraestrutura, na produção. Ou seja, buscam *coadunar*¹⁵ as diversas frações de sua classe social. Vemos assim que os intelectuais e seus respectivos aparelhos, os *partidos políticos*, tem uma atuação que não pode ser dispensada pelas classes sociais; cumprem funções táticas e estratégicas na luta de classes - tanto na hegemonia quanto na contra-hegemonia.

Vimos anteriormente que o partido - a partir da tríade *organização-direção-educação* - tem função de *coadunar*, e isto não deve ser realizado apenas extra-classe, deve também ser uma ação para dentro da classe social, na luta pela formação de uma vontade coletiva. Desta maneira, diz Gramsci, para que o partido possa ter uma ação unificada é necessário haver um “programa de partido”, de forma que a organização não seja pulverizada “numa infinidade de vontades singulares”¹⁶. O próximo fragmento ajuda a entender:

um ‘movimento’ ou tendência de opiniões se torna *partido*, isto é, *força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental*: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinadas capacidades. [...] Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em *exército político organicamente preparado*.¹⁷

Desta forma vemos que os intelectuais têm a função de organizar o partido de tal forma que este, por sua vez, coadune os membros da própria classe. Isto possibilitará a formação do que o pensador sardo chama de “exército político organicamente preparado”, de tal modo a atingir uma eficiência que possibilite governar, dirigir a sociedade como um todo. Assim, neste sentido, diz Gramsci:

[...] com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las universalizá-las. [...] As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma certa relação útil e fecunda nestas manifestações e nestas funções. *Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada*.¹⁸

As entidades onde há o trabalho dos intelectuais de organização, direção e educação visando elaborar dirigentes das sociedades civil e política podem ser consideradas *partidos*. E, como vimos no último fragmento grifado, para tanto é necessário o trabalho intelectual de doutrinação, investigação e estudo sistemáticos para a formação dos *homens de Estado e de Governo* em particular, e dos dirigentes em geral.

15 Segundo o Dicionário Aurélio, *coadunar* significa: (I) juntar, incorporar, reunir para a formação de um todo; (II) conformar, combinar, harmonizar. Estes são sentidos que casam perfeitamente com a função do partido.

16 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 3..., p. 15

17 Idem, p. 84-5 - grifos nossos

18 Idem, p. 201-2 - grifos nossos

Expomos até aqui como Antonio Gramsci define o que é um partido, neste sentido podemos ver que muitas organizações autodenominadas “não-governamentais”, “apartidárias”, etc., na realidade funcionam como partidos políticos, pois visam organizar, educar e dirigir, tendo como princípio a formação dos dirigentes; assim “os ‘partidos’ podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’”¹⁹. Seguindo esta linha de raciocínio, nosso autor diz que alguns partidos apresentam-se como puramente “educativos”, “moralistas”, de “cultura”, no entanto “o partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural”²⁰. Ou seja, as organizações que buscam embelezar, camuflar, conquistar uma aparência “positiva”, “neutra” por meio de termos simpáticos como, por exemplo, “cultura”, são na realidade partidos - entendidos em seu sentido *lato*. E, se pensarmos na problemática dos periódicos em particular, e dos aparelhos de comunicação social em geral, a questão pode ser aprofundada ainda mais - vejamos os dois fragmentos a seguir:

[I][...] a verdade teórica de que cada classe possui apenas um partido é demonstrada, nos momentos decisivos, pelo fato de que agrupamentos políticos variados, cada um dos quais se apresentava como partido “independente”, se reúnem e unificam em bloco. *A multiplicidade existente antes era apenas de caráter “reformista”, isto é, referia-se a questões parciais, em certo sentido era uma divisão do trabalho político (útil, em seus limites); mas cada parte pressupunha a outra*, tanto que nos momentos decisivos, quando as questões principais foram postas em jogo, formou-se a unidade, criou-se o bloco.²¹

[II][...] os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, *muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence à nenhuma dessas frações*, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. *Esta função pode ser estudada com maior precisão si se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partidos” ou “funções de determinados partidos”*.²²

Desta forma podemos entender a questão dos inúmeros partidos a partir de uma visão da totalidade. Mas, aqui, concretamente o que é esta totalidade? Como diz Gramsci, em *momentos históricos decisivos* – entenda-se acirramento da luta de classes -, os inúmeros partidos posicionam-se ao lado da classe da qual são orgânicos. E isto implica que cada partido exerce uma função nos marcos de seu extrato social, mas que é complementar aos outros partidos, há uma *divisão do trabalho político* das classes fundamentais entre suas diversas organizações; cada qual faz fazer uma parte do trabalho necessário à seu grupo social.

Esta divisão exigirá um *Estado-Maior* para coordenar o trabalho, com o objetivo de, através de várias ações divididas entre as diversas instâncias, conseguir uma unidade de objetivos. É como uma guerra de

19 Idem, p. 326 - grifos nossos

20 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2. p. 237

21 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3. p. 328-9 - grifos nossos

22 Idem, p. 349-50 - grifos nossos

guerrilhas, cada destacamento tem autonomia para fazer da maneira necessária o trabalho pré-determinado, desde que o fim seja alcançado. Mas, como podemos ler no fragmento II, a função de *Estado-Maior* muitas vezes não é realizada pelos partidos em particular, mas pelos órgãos de comunicação social em geral – que acabam atuando como partidos. As revistas e os jornais são a “escola dos adultos”²³, assim cumprem papel essencial na questão da educação que é uma das funções do partido, mas de forma mais massificada, pois os periódicos “são estéreis se não se tornam a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa”²⁴. Desta forma, as revistas tentarão constituir-se como a direção geral – o Estado-Maior -, pois são meios que agem para fora e para dentro do partido por meio de uma ação de pedagogia massificada, de forma a atingir conformações sociais necessárias à ação partidária.

É necessário aprofundar o papel do Estado, e, para tanto, contaremos com a contribuição de Nicos Poulantzas. Segundo o marxista grego, os marxistas concentraram-se exaustivamente no “*aparelho repressivo de Estado*”, ou seja, no ramo estatal que compreende o exército, a polícia, a administração, os tribunais, o governo. É uma compreensão estrita do Estado. Gramsci dá um sentido lato aos estudos do Estado, numa compreensão integral, pois o seu papel não se limita à força; o Estado é também um “organizador da hegemonia”²⁵, não obstante o papel decisivo do aparelho repressivo. Para o comunista italiano, deve-se considerar a “tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção [...]”²⁶. Assim organizações habitualmente consideradas como privadas, a Igreja, as escolas, os sindicatos, os partidos, todos os aparelhos de informação (jornais, revistas, rádio, cinema, televisão, etc.) são parte do Estado no sentido integral; numa palavra, *os aparelhos ideológicos são aparelhos de Estado e atuam na elaboração e na inculcação ideológica*²⁷. Neste sentido, a questão da ideologia é essencial para a nossa problemática.

A ideologia não reside somente nas idéias, ela subentende também os costumes, os hábitos, enfim, ao modo de vida; e, podendo deter o papel dominante, constitui-se num *poder essencial*, pois a dominação política não pode ser exercida exclusivamente pela repressão física; “requer a intervenção decisiva e direta da

23 GRAMSCI, A. *Cadernos do carcere*. V. 2. p. 229

24 Idem, p.237

25 POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...* p. 319

26 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3. p. 23

27 Cf. POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura...* p. 320-2

ideologia”²⁸. Assim, ideologia não é “neutra”, “só existem ideologias de classe”²⁹. O Estado compreendido em sentido integral – com todos os seus aparelhos de hegemonia – é um Estado de classe. “*É neste sentido que a ideologia dominante, sob a forma de existência dos aparelhos ideológicos, está diretamente implicada no sistema estatal, o qual constitui, simultaneamente, a expressão, a garantia e o local concentrado do poder político*”³⁰. Neste sentido, o aparato repressivo – o Estado em sentido estrito – é a condição de existência dos aparelhos ideológicos, não obstante, está sempre presente mesmo quando não intervém diretamente.

O Estado, num sentido lato, deve ser compreendido como o aparato que reúne “os aparelhos que têm por papel essencial a manutenção da coesão e da unidade de uma formação dividida em classes”³¹. Neste sentido, diz Poulantzas, é comum os aparelhos ideológicos terem um caráter “privado”, não serem reconhecidos oficialmente como aparelhos de Estado. No entanto, a distinção entre “público” e “privado” é puramente uma distinção jurídica: “[...] é preciso notar bem que é, de fato, o *direito* – quer dizer, em um sentido, o próprio Estado – que estabelece esta distinção: ela tem apenas um sentido jurídico. Esta distinção privado-público não muda, pois, em nada o fundo da questão dos aparelhos ideológicos de Estado. Gramsci compreendia-o perfeitamente, quando considerava como pertencendo ao Estado ‘organismos habitualmente tidos como privados’”³².

Com efeito, isto não quer dizer que esta distinção privado-público não tenha qualquer importância. Para Poulantzas, ela revela que há uma certa autonomia relativa nas relações mútuas dos aparelhos ideológicos de Estado e nas relações com o próprio Estado; contrariamente ao aparelho repressivo de Estado, que possui um alto grau de unidade interna. Deste modo, os aparelhos ideológicos não são mais do que efeito da luta de classes, e cada um expressa uma ideologia ou um subsistema ideológico relacionado com cada uma das diferentes classes ou frações de classe em luta. Além disso, pode ocorrer que classes ou frações de classe diferentes detenham poder nos aparelhos ideológicos de Estado, ou em alguns deles, o que acentua o grau de autonomia relativa e produz uma defasagem no poder de Estado. Neste sentido, apenas as organizações revolucionárias podem escapar ao sistema dos aparelhos ideológicos de Estado³³.

Mas a autonomia relativa varia no *Estado de exceção* - característico, por exemplo, de uma ditadura - segundo o marxista grego, “*A diferenciação do estatuto privado-público recobre a autonomia relativa, no seio*

28 Idem, p. 322

29 Idem, p. 322

30 Idem, p. 322 – grifos nossos

31 Idem, p.324

32 Idem, p. 325

33 Cf. Idem, p. 326-9

do Estado, dos aparelhos ideológicos. As modificações, a este respeito, no caso de um Estado de exceção [...] indicam a limitação característica, em diversos graus – que pode ir até a supressão – da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos no próprio seio do Estado: autonomia relativa que os caracteriza nas outras formas de Estado”³⁴. Assim, a autonomia relativa que encontramos no Estado parlamentar clássico, numa ditadura - entendida aqui no quadro geral dos Estados de exceção - é cerceada, ou até suprimida. Isto se dá porque uma ditadura tem o *papel decisivo de reorganizar a hegemonia* o que implica: “a) Numa limitação decisiva desta ‘distribuição’ do poder no seio dos aparelhos; b) No controle estrito do conjunto do sistema estatal por um ‘ramo’ ou um aparelho, dominado pela classe ou fração que luta pelo estabelecimento de sua hegemonia”³⁵; ou seja, numa palavra, há um aumento da intervenção nos aparelhos ideológicos. Estes fatores redobram o acréscimo de repressão às classes populares; e esta intervenção ideológica visa a legitimação da violência do aparato repressivo.

No entanto, nosso autor diz que uma ditadura não supõe sempre que o aparelho repressivo dominará os aparelhos ideológicos; não obstante, a dominância do aparelho ideológico ou do aparato repressivo definirá a especificidade do Estado ditatorial. E, sob o fato de que a ditadura reorganiza o conjunto do sistema estatal e da hegemonia, esta reorganização pode “*ir até ao ponto de um aparelho ideológico dominar o conjunto do sistema estatal*”³⁶. Assim, numa ditadura um aparelho ideológico pode dominar o aparelho repressivo, e vice-versa. Como o processo não é estático, pode mesmo haver uma alternância de um ou outro aparelho na dominação.

Em resumo, à medida que os aparelhos ideológicos funcionam como organizadores-educadores-dirigentes na inculcação ideológica, funcionam verdadeiramente como partidos políticos, pois contribuem decisivamente para a elaboração de dirigentes, assim como para a transformação da classe social - de um confuso caos num “exército político organicamente preparado”. Assim, quando falarmos em “aparelhos ideológicos”, queremos que o leitor sempre remeta à sua função político-partidária – do contrário, a presente discussão se torna estéril.

34 Idem, p. 337

35 Idem, p. 338

36 Idem, p. 341